

gerais, espécies. Direitos, obrigações e responsabilidades das sociedades e dos sócios. Tipos societários. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão. 4. Do estabelecimento comercial. Do nome comercial. Da escrituração. Da representação jurídica da empresa. Das microempresas e das empresas de pequeno porte. 5. Sociedade limitada: caracterização, quotas, administração, conselho fiscal, deliberação dos sócios, aumento e redução do capital social, resolução da sociedade em relação aos sócios minoritários e dissolução. 6. Sociedade Anônima: conceito, características e espécies. Capital social. Títulos mobiliários emitidos pela S/A Acionistas: direitos e obrigações. Acionista controlador. Órgãos sociais. Administradores: deveres e responsabilidades. Dissolução, liquidação e extinção. Grupos de sociedades. Sociedades coligadas, controladoras e controladas. 7. Dos Títulos de Crédito: Noções gerais e requisitos essenciais. Do endosso e do aval. Protesto. Cancelamento e sustação. Prescrição. Principais institutos. Espécies: Letra de câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata. Das cédulas e notas de crédito rural, industrial e comercial (Decreto-Lei nº 167, de 14.02.67 – Decreto-Lei nº 413, de 09.01.69 e Lei nº 6.840 de 03.11.80. Ação cambial. 8. Da organização do Sistema Financeiro – Lei nº 4.595, de 31.12.64. Operações bancárias. Do sigilo bancário. Depósito pecuniário – conceito, características e modalidades. 9. A Lei nº 9.613, de 03.03.98, o Decreto nº 2.799, de 08.10.98 e o Sistema Financeiro. Dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Das convenções e pactos internacionais. Das atribuições do Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF. 10. A nova Lei de Falências, nº 11.101, de 09.02.2005. A recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. 11. Intervenção e liquidação extrajudicial de sociedades e Instituições Financeiras 12. Contratos bancários: Contrato de Conta Corrente. Contrato de Antecipação de Crédito. Contrato de Desconto. Mútuo. Contrato de Abertura de Crédito. Cartões de Crédito. Câmbio. Contrato de Factoring (Faturização). 13. Atuação e intervenção do Estado na ordem econômica. Estado regulador. Estado executor. Monopólio estatal.

5 – DIREITO DO CONSUMIDOR

1. A Relação de Consumo. 2. Os direitos básicos do Consumidor. 3. Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço e pelo vício do Produto e do Serviço. 4. Práticas comerciais. Disposições gerais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Banco de Dados e Cadastro de Consumidores. 5. Proteção contratual: disposições gerais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. 6. Defesa do Consumidor em Juízo. 7. Proteção do consumidor de crédito bancário e financeiro. 8. O Código de Defesa do Consumidor. Princípios de regência, interpretação e ônus da prova. Desconsideração da personalidade jurídica. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. 9. O Código de Defesa do Consumidor e os Contratos Bancários. 10. Dano moral e material decorrente da relação de consumo.

6 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Da jurisdição e da ação. Do litisconsórcio e da assistência. Da intervenção de terceiros. 2. Da competência. Conceito e divisões. Competência internacional e competência interna. Competência em razão do valor e da matéria, competência funcional, competência territorial. Modificação. Prorrogação. Conexão. Continência. Prevenção. Declaração de incompetência. Conflito de competência. 3. Processo e procedimento. Procedimento ordinário e sumário. 4. Da petição inicial. Requisitos. Do pedido. Indeferimento da petição inicial. 5. Da resposta do réu. Contestação. Exceção. Incompetência e suspeição. Reconvenção. 6. Antecipação de Tutela. Tutelas Específicas. 7. Das providências preliminares. Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo. Do julgamento antecipado da lide e do saneamento do processo. Da audiência de conciliação. 8. Das provas. Conceito e objeto da prova. Ônus da prova. Tipos de Provas. Prova Pericial. Produção Antecipada. 9. Sentença. Requisitos e efeitos da sentença. A coisa julgada formal e material. 10. Liquidação de sentença e suas espécies. 11. Do Cumprimento da sentença. 12. Da uniformização da jurisprudência. Da declaração de inconstitucionalidade. Da ação rescisória. Da homologação de sentença estrangeira. 13. Recursos em geral. Pressupostos recursais. Recurso adesivo. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo retido. Embargos infringentes. Embargos de declaração. Recursos para os Tribunais Superiores. Repercussão geral no recurso extraordinário. Reclamação constitucional. Recursos repetitivos. 14. Execução: partes e competência. Requisitos necessários para a realização de qualquer execução. Exceção de Pré-executividade. 15. Da penhora. Princípios gerais. Conceito. Efeitos. Formas. Espécies de penhora. Objeto de penhora. Requisitos. 16. Dos embargos do devedor e de terceiro. Da impugnação ao cumprimento da sentença. 17. Da arrematação e da adjudicação. 18. Processo cautelar. Poder geral de cautela. Medidas Cautelares Nominadas previstas no Código de Processo Civil. Medidas cautelares nominadas. 19. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de consignação em pagamento. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Ação de nulidade de obra nova. Ação de usucapião de terras particulares. Ação monitoria. 20. Procedimentos especiais previstos em legislação esparsa: ação popular, ação civil pública e mandado de segurança. 21. Juizados Especiais Cíveis.

7 – DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Contrato individual de trabalho. Modalidades. Contratos afins. Relação de trabalho. Elementos essenciais. Prova do contrato. Obrigações decorrentes do contrato. Nulidade do contrato. Alteração do contrato de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 2. O empregado. Empregado de confiança. Trabalhador autônomo. Trabalhador avulso. Trabalhador eventual. Empregado sócio. Diretor de sociedade anônima. Empregado e locatário. Trabalhadores excluídos da proteção legal. Relação de trabalho com o Estado. O empregador. Empresa e estabelecimento. Entidade sem fins lucrativos e profissionais. O poder disciplinar do empregador. Regulamento interno da empresa. Consórcio econômico - financeiro. Sucessão de empregadores. Terceirização Trabalhista 3. Duração do trabalho. Horário e jornada de trabalho. Duração semanal do trabalho. Empregados excluídos do regime legal de duração do trabalho. Períodos de descanso: descanso semanal remunerado e férias. Regime especial de trabalho dos bancários. 4. Remuneração e salário. Composição do salário. Comissões. Gratificação de Natal. Abonos. Diárias. Salário-utilidade. Pagamento do salário e mora salarial. Equiparação salarial e proteção do salário. 5. Estabilidade. Reintegração. Falta grave. Inquérito judicial. Empregados excluídos da garantia da estabilidade. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. 6. A Administração Pública e o direito do trabalho. O Estado como empregador. Autarquias. Empresas públicas. Sociedades de economia mista e fundações. Competência da Justiça do Trabalho. 7. Dano Moral e Material na relação laboral. Assédio Moral e Sexual. Acidente de Trabalho. 8. Convenção coletiva. Conceito e natureza. A convenção coletiva no direito brasileiro. Conteúdo e efeitos das convenções coletivas. Extinção das convenções. 9. A greve no Direito Brasileiro. 10. Processo coletivo do trabalho. Dissídios coletivos. Classificação. Natureza jurídica de sentença normativa. Eficácia normativa da sentença nos dissídios coletivos. 11. Processo individual do trabalho. Atos, termos e prazos processuais. As partes no processo individual do trabalho. O preposto. Exceções. Nulidades. Recursos. Execução. Prescrição. 12. Da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho. 13. Tutela Antecipada

e Tutela Cautelar no processo do trabalho. 14. Audiência. Defesa direta e indireta. Revelia. Contestação. Reconvenção. 15. Provas no Processo do Trabalho. 16. Ação Rescisória e Mandado de Segurança no Processo do Trabalho. 17. Ação Civil Pública. 18. Execução fiscal na Justiça do Trabalho. Prescrição Intercorrente. 19. O cumprimento de sentenças na Justiça do Trabalho. Multas.

8 – DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema Constitucional Tributário. Princípios Constitucionais Tributários. Limitações ao poder de tributar. Competência e Capacidade Tributária. 2. Tributos em espécie. Taxa e preço público. 3. Obrigação Tributária. Conceito. Sujeição ativo e passivo. Solidariedade. 4. Responsabilidade Tributária. Sujeição passiva indireta. Responsabilidade por solidariedade, sucessão e de terceiros. 5. Crédito Tributário. Constituição. Lançamento: conceito, natureza jurídica, privilégios e garantias. 6. Suspensão do Crédito Tributário. 7. Extinção e exclusão do crédito tributário. 8. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. 9. Dívida Ativa. Inscrição do Crédito Tributário. 10. Administração tributária. Poderes das autoridades fiscais. Procedimento de fiscalização. Sigilo fiscal. 11. Infrações tributárias e sanções: sanções criminais e administrativas. A figura do infrator no CTN.

ANEXO III MODELO – PEDIDO DE ENQUADRAMENTO – PNE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2010

Ao Banco do Estado do Pará,
Eu,

NOME:		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE	
CARGO	ADVOGADO	

DECLARO, sob as penas da Lei, que me enquadro como portador de necessidades especiais, na forma do art. 4.º do Decreto Federal n.º 3.298/99 pelo que solicito meu enquadramento visando a concorrer à vaga, conforme especificado em minha inscrição ao Concurso Público nº 002/2010 – BANPARA. Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão de Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder o cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Concurso _____ (Município), _____ (dia) de _____ (mês) de 2010.

(Assinatura do Candidato)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

O candidato inscrito deverá encaminhar esta declaração, via SEDEX, com data de postagem, até o dia 23 de Abril de 2010, para a BANCO DO ESTADO DO PARÁ - SUDEP – CONCURSO BANPARA – EDITAL 002/2010/VAGA PNE, sito à Avenida Presidente Vargas, nº 251, 2º andar, Belém/PA, CEP: 66.010-000, e, ainda os seguintes documentos:

- Laudo Médico, original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, com indicação do nome do médico, seu registro no CRM.
- Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição devidamente preenchido, conforme modelo constante do anexo IV e boleto bancário a partir da inscrição na internet.

Somente o preenchimento do requerimento de enquadramento não implica na efetivação da inscrição nesta condição.

ANEXO IV MODELO – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2010

Ao Banco do Estado do Pará, Eu,

NOME:		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CPF	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE	DATA DE EXPEDIÇÃO	
NOME DA MÃE		
CARGO	ADVOGADO	
NÚMERO NIS CADUNICO		

DECLARO, sob as penas da Lei, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do concurso público do BANPARA, que apresento condição de Hipossuficiência Financeira e que atendo à condição de ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal n.º 6.135, de 26 de junho de 2007, atendendo ao estabelecido no Edital nº 002/2010. Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão de Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder o cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Concurso Público, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

_____ (Município), _____ (dia) de _____ (mês) de 2010.

(Assinatura do Candidato)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007, não poderão estar exercendo qualquer atividade remunerada, ainda que informal, ou possuir outra fonte de renda.

Apenas os candidatos que não requerem enquadramento como PNE deverão encaminhar esta declaração, via SEDEX, com data de postagem até o dia 23 de Abril de 2010, para a BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - SUDEP, sito à Avenida Presidente Vargas, nº 251, 2º andar, Belém/PA, CEP: 66.010-000, e, ainda os seguintes

documentos:

- cópia do Documento de Identidade do candidato;
- cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;
- Boleto bancário gerado a partir da inscrição na internet.
- Cópia do cartão do NIS.

ANEXO V

Modelo de formulário para interposição de recurso contra o gabarito oficial preliminar das provas objetiva e discursivas.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ADVOGADO NÍVEL 01 CAPA DE RECURSO SOLICITAÇÃO

À Comissão Organizadora.

Como candidato (a) ao cargo de Advogado, solicito revisão:

[] do gabarito da prova objetiva, questão(ões)-conforme especificações incluídas.

[] da 1ª prova de discursiva e/ou dissertativa questão(ões)-conforme especificações incluídas.

[] da 2ª prova de discursiva, dissertativa e/ou prática questão(ões) conforme especificações incluídas.

[] do resultado final do concurso.

Assinatura do Candidato (a)

Nome:

Número de inscrição: _____

INSTRUÇÕES

O candidato deverá:

- Digitar o recurso e entregá-lo em três vias, de acordo com as especificações estabelecidas neste edital;
- Usar formulário de recurso individual para cada questão e apenas uma capa;
- Identificar – se apenas nesta capa;
- Apresentar a argumentação lógica e consistente.

Atenção! O desrespeito a qualquer uma das instruções acima resultará no indeferimento preliminar do recurso.

ANEXO VI – MODELO DE FORMULÁRIO DE TÍTULOS

Ao Banco do Estado do Pará – Comissão Examinadora, Eu,

NOME:		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE	
Nº DE DOCUMENTOS ENTREGUES	_____ (_____)	

Solicito a contagem de pontos referentes à prova de títulos tendo em vista o Edital 002/2010 que determina a entrega de títulos para o Concurso Público, venho apresentar documentos que atestam qualificações, para contagem de pontos na prova de títulos:

AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	QUANTIDADE	PONTOS SOLICITADOS PELO CANDIDATO	PONTUAÇÃO CONCEDIDA (NÃO PREENCHER)	
Conclusão de curso de Pós-Graduação lato sensu em matéria jurídica.				
Conclusão de curso de Mestrado em Direito				
Conclusão de curso de Doutorado em Direito				
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO	TÉRMINO DO EXERCÍCIO	PONTOS SOLICITADOS PELO CANDIDATO	PONTUAÇÃO CONCEDIDA (NÃO PREENCHER)
Exercício de cargo efetivo ou emprego público privativo de Bacharel em Direito (exceto o exercício de magistério).				
Exercício de magistério, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, em curso de Direito realizado em instituição de ensino superior autorizada pelo MEC				
OUTROS TÍTULOS	QUANTIDADE	PONTOS SOLICITADOS PELO CANDIDATO	PONTUAÇÃO CONCEDIDA (NÃO PREENCHER)	
Aprovação em Concurso Público devidamente homologado, com publicação no Diário Oficial, para cargo privativo de Bacharel em Direito				

Em anexo, cópia dos documentos autenticados.

_____ (Município), _____ (dia) de _____ (mês) de 2010.

(Assinatura do Candidato)

CRONOGRAMA

O presente cronograma está sujeito à modificações:

Data	Descrição
15 a 30/04/2010	Inscrições
15 a 23/04/2010	Requerimentos de enquadramento como PNE e Pedidos de isenção de taxa de inscrição
28/04/2010	Divulgação dos pedidos de enquadramento como PNE/isenção de taxa de inscrição deferidos/indeferidos
30/04/2010	Data limite para pagamento da taxa de inscrição aos que tiveram indeferido o pedido de isenção de taxa/enquadramento como PNE
10 a 14/05/2010	Consulta e impressão dos cartões de inscrição e locais de prova
18/05/2010	Publicação dos candidatos inscritos como PNE
23/05/2010	Prova Objetiva (1ª Etapa)
24/05/2010	Divulgação do gabarito no site www.banparanet.com.br
25/05/2010	Prazo de Recurso